

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Autorizado pela Lei 1648/2018

www.capanema.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
CAPANEMA



EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
- Secretária de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná

Prefeito Municipal: Américo Bellé

Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer

Secretária de Administração Interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz
Secretária da Família e Desenvolvimento Social interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze

Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti

Secretária da Indústria, Comércio e Turismo: Andrea Marize Weschenfelder Paeze

Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso

Secretário de Saúde: Jonas Welter

Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber

Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000

Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329

Fax: (46) 3552-3217

E-mail: capanemacamara@gmail.com

Capanema - Paraná

Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente

Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente

Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário

Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Airton Marcelo Barth

Vereador: Gilmar Pontin

Vereador: Ginésio J. Lothermo

Vereador: Paulo C. Lothermann

Vereadora: Izolete Ap. Walker

ATOS LICITATÓRIOS

EXTRATO DE CONTRATO

##ATO EXTRATO DE CONTRATO Nº 459/2020

##ATO TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2020

##DAT Capanema, 14/10/2020

##TEX Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS NO ESTÁDIO MUNICIPAL ALBANO FERNANDES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR- EM ATENDIMENTO AO PLANO DE AÇÃO Nº

0903-004523/2020-EMENDA PARLAMENTAR.

##TEX CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

##TEX CONTRATADO:BRUNO HENRIQUE LANZARINI ME

##TEX VALOR: R\$395.000,00 (Trezentos e Noventa e Cinco Mil Reais).

##ASS Américo Bellé

##CAR Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.723, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020.

Termo de Homologação e Ato Adjudicatório Tomada de Preços 18/2020

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Edital de Licitação modalidade Tomada de Preços nº 18/2020 e Adjudico, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS NO ESTÁDIO MUNICIPAL ALBANO FERNANDES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR- EM ATENDIMENTO AO PLANO DE AÇÃO Nº 0903-004523/2020-EMENDA PARLAMENTAR.
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item;

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
BRUNO HENRIQUE LANZARINI ME	1	CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS NO ESTÁDIO MUNICIPAL ALBANO FERNANDES NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA	BRUNO HENRIQUE LANZARINI ME	1,00	395.000,00

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Tomada de Preços Nº 18/2020, é de R\$ 395.000,00 (Trezentos e Noventa e Cinco Mil Reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná aos quatorze dias de outubro de 2020

Américo Bellé

Prefeito Municipal

minuta

4.º Termo Aditivo ao Contrato nº 474/2019, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a RUA DESEMBARGADOR COSTA CARVALHO, 1395 B SÃO BERNARDO - CEP: 84600392 - BAIRRO: , inscrita no CNPJ sob o nº 04.336.100/0001-44, neste ato por seu representante legal, LUISIANE SCARLET DA MAIA, CPF:067.721.919-94 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Processo Dispensa nº 45/2019, mediante as seguintes cláusulas



e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Contrato firmado em 16/10/2019, objeto do Edital de licitação, Modalidade Processo Dispensa nº 45/2019, entre as partes acima identificadas, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO EM ATERRAMENTO SANITÁRIO DE LIXO REICLÁVEL E ORGÂNICO PRODUZIDO NO PERÍMETRO URBANO E TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO ORGÂNICO E REICLÁVEL PRODUZIDO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR., em conformidade com o Parecer Jurídico nº XX/2020, fica prorrogado o prazo de Vigência do Contrato nº 474/2010 para mais 10(Dez) dias corridos a partir da data de término do contrato, fica também aditivado seu valor em R\$ 13.456,52

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 14 de outubro de 2020

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

LUISIANE SCARLET DA MAIA
Representante Legal
LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA
Contratada

TOMADA DE PREÇOS 22/2020 AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal Américo Bellé, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do TOMADA DE PREÇOS 22/2020, com a alteração da data de realização da Sessão Pública para o dia 06/11/2020, às 08H30M, e alterações descritas a seguir.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NAS RUAS TERRITÓRIO FERNANDO DE NORONHA E OIAPÓS, BAIRRO SÃO JOSÉ OPERÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR

NO EDITAL ITEM 02 DO OBJETO

ONDE LIA-SE:

Capital social Mínimo: 32.004,57 (Trinta e dois mil, quatro reais e cinquenta e sete centavos)

Preço Máximo Global: R\$ 320.045,72 (Trezentos e vinte mil, quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos)

LEIA-SE:

Capital social Mínimo: 32.238,38 (Trinta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos)

Preço Máximo Global: R\$ 322.383,82 (Trezentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos)

No item 2.2. do edital

Onde Lia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO - MACRO ITENS	PERCENTUAL DO VALOR GLOBAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,35%
2	DRENAGEM PLUVIAL	18,98%
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	79,79%
4	SINALIZAÇÃO	0,88%

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO - MACRO ITENS	PERCENTUAL DO VALOR GLOBAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,35%
2	DRENAGEM PLUVIAL	19,57%
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	79,21%
4	SINALIZAÇÃO	0,87%

Os demais itens permanecem inalterados.

Capanema, 14 de outubro de 2020

Américo Bellé- Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO Nº 6.825, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.

Cria o Sistema Municipal de Consignações e regulamenta o art. 48 da Lei nº 877 de 18 de setembro de 2001, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, ainda.

Considerando o disposto no art. 48, da Lei nº 877, de 18 de setembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Capanema;

Considerando a necessidade de regulamentar o sistema de consignações em folha de pagamento administradas pela Prefeitura Municipal de Capanema;

DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O processamento dos descontos obrigatórios e facultativos, em relação aos servidores da Prefeitura Municipal de Capanema e às consignações em folha de pagamento, ficam disciplinadas de acordo com as disposições deste decreto.

Art. 2º Entendem-se por consignações os descontos mensais realizados sobre os valores percebidos mensalmente a título de remuneração, salário, subsídio, provento ou pensão.

§ 1º Para os fins deste decreto, considera-se:

I - consignatária: a entidade credenciada na forma deste decreto, destinatária dos créditos resultantes das consignações;

II - consignante: a administração direta, autarquia ou fundação do Município de Capanema;

III - consignado: o servidor público integrante da administração pública municipal direta ou indireta, ativo, aposentado, ou beneficiário de pensão e aos Conselheiros Tutelares, cuja folha de pagamento seja processada pela administração direta, autarquia ou fundacional do Município de Capanema, e que por contrato tenha estabelecido com o consignatário relação jurídica que autorize o desconto da consignação;

IV - consignação obrigatória: o valor deduzido compulsoriamente de remuneração, salário, subsídio, provento ou pensão por determinação administrativa, legal ou judicial;

V - consignação facultativa: o valor deduzido de remuneração, salário, subsídio, provento ou pensão, mediante autorização prévia e expressa do consignado;

VI - margem consignável: percentual correspondente a 70% (setenta por cento) da base de cálculo realizado pelo Departamento de Recursos Humanos;

VII - Sistema Eletrônico de Consignação: o sistema centralizado de processamento de dados para cálculo, controle e gestão das



consignações facultativas para consignatárias e consignados com interface com a folha de pagamento;
VIII - portabilidade de crédito: a transferência de operação de crédito de instituição credora original para instituição proponente, por solicitação do servidor;
IX - renegociação: a concessão de novo empréstimo com extensão do prazo de pagamento do saldo da dívida ou alteração a menor da taxa praticada sem o oferecimento de novo valor;
X - refinanciamento: a concessão de novo empréstimo referente ao saldo da dívida e com o oferecimento de novo valor, podendo haver a extensão do prazo, alteração a menor da taxa e outros ajustes entre as partes.

§ 2º O somatório das consignações facultativas não poderá exceder 30% (trinta por cento) da margem consignável.

§ 3º O limite a que se refere o § 2º deste artigo poderá ser majorado, adicionalmente, em até 5% (cinco por cento), exclusivamente para as prestações previstas no artigo 5º, inciso VII, deste decreto.

§ 4º As rubricas que compõem a margem consignável, bem como a fórmula de cálculo utilizada para a aferição das margens consignáveis serão definidas em portaria da Secretaria Municipal de Administração.

§ 5º O órgão gestor do Sistema Eletrônico de Consignação é o Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Poderão ser admitidas como consignatárias:

- I - entidades sindicais ou representativas de classe dos servidores públicos, ativos e inativos, ou de pensionistas da administração direta, autarquia ou fundação do Município de Capanema;
- II - cooperativas de crédito constituídas e integradas por servidores públicos, ativos e inativos, ou por pensionistas da administração direta, autarquia ou fundação que comprovem estar em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
- III - instituições bancárias;
- IV - instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, públicas e privadas;
- V - entidades instituidoras de plano de previdência privada, plano de seguro e plano privado de assistência à saúde, inclusive odontológico;
- VI - órgãos e entes da administração direta e indireta de qualquer nível de governo;
- VII - outras que, por portaria da Secretaria Municipal de Administração, venham a ser equiparadas.

Parágrafo único. Em caso de fusão ou incorporação de consignatárias, a entidade resultante deverá observar o disposto neste decreto.

Capítulo II DAS ESPÉCIES DE CONSIGNAÇÕES OBRIGATÓRIAS E FACULTATIVAS

Art. 4º São consideradas consignações obrigatórias:

- I - as contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS;
- II - os descontos do imposto de renda;
- III - o custeio de benefícios e auxílios concedidos pela administração direta, autarquias ou fundações do Município de Capanema;
- IV - a decorrente de decisão definitiva na esfera administrativa

- ou a autorizada pelo servidor;
- V - a decorrente de ordem judicial ou de lei;
- VI - o compromisso originário de convênio firmado com órgão público;
- VII - a reposição, restituição e indenização ao erário.
- VIII - a pensão alimentícia.

Art. 5º São consideradas consignações facultativas:

- I - as contribuições para plano privado de assistência à saúde e odontológico, inclusive quando decorrentes do fornecimento de medicamentos e outros serviços afins;
- II - as contribuições para plano de assistência funeral e plano de previdência privada;
- III - as contribuições e/ou mensalidades estatutárias de entidades sindicais ou representativas de classe dos servidores;
- IV - as mensalidades referentes a cursos de graduação e pós-graduação "lato sensu" e "stricto sensu", reconhecidos pelo Ministério da Educação, em instituições de ensino públicas ou privadas;
- V - o empréstimo pessoal contraído perante cooperativa de crédito;
- VI - o empréstimo e financiamento contraído perante instituição bancária;
- VII - as prestações referentes ao pagamento e/ou amortização de dívidas contraídas por meio de cartão de crédito, inclusive as oriundas de saque, obtidas em instituições bancárias regularmente credenciadas;
- VIII - as prestações de plano de seguro de vida.

Capítulo III DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES COMO CONSIGNATÁRIAS

Art. 6º Para serem credenciadas como consignatárias, exigir-se-á das entidades referidas no artigo 3º deste decreto a entrega dos seguintes documentos, de acordo com a natureza da consignatária e a espécie de consignação:

- I - o estatuto ou contrato social e ata da eleição ou indicação dos atuais diretores, devidamente registrados;
- II - a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- III - o registro nos órgãos competentes;
- IV - a prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- V - a prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluindo o CADIN Municipal.

§ 1º As consignatárias caracterizadas como entidades sindicais ou representativas de classe de servidores, além dos documentos referidos no "caput" deste artigo, deverão também apresentar os seguintes:

- I - a ata que instituiu o valor da mensalidade;
- II - a comprovação de que a sua diretoria é composta por servidores públicos, ativos e inativos, ou por pensionistas da administração direta, autarquias ou fundações do Município de Capanema;
- III - a comprovação de que é sediada no Município de Capanema;
- IV - a comprovação de que possui número mínimo de associados, a ser definido em Portaria da Secretaria de Administração, que pertençam efetivamente à categoria funcional para a qual a entidade foi criada;
- V - a comprovação de expressa autorização do servidor quan-



to ao desconto da mensalidade em folha, a ser enviada por formulário eletrônico, na forma e padrão instituídos pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração.

§ 2º O número mínimo de associados previsto no inciso IV do § 1º deste artigo não será exigido de entidades que congreguem apenas servidores e pensionistas pertencentes a carreira cujo número de titulares de cargos, admitidos em funções correspondentes, aposentados e pensionistas seja inferior ao definido na Portaria da Secretaria de Administração, e desde que:

I - à entidade sejam filiados, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos servidores e pensionistas;

II - seja a entidade a única a representá-los.

§ 3º A comprovação de que trata o inciso V do § 1º deste artigo deverá ser enviada, na forma prevista no referido inciso, sempre que houver pedido de inclusão de novos servidores para desconto da mensalidade em folha.

Art. 7º Os requisitos estabelecidos no artigo 6º deste decreto devem ser mantidos enquanto a interessada estiver for credenciada como consignatária, sob pena de descredenciamento.

Art. 8º O pedido de credenciamento da interessada deverá ser formalizado por meio de requerimento dirigido ao diretor do Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal de Administração, instruído com a documentação que comprove o atendimento das condições, exigências e requisitos previstos neste decreto.

§ 1º A interessada deverá indicar, no requerimento, a espécie de desconto que pretende consignar.

§ 2º A verificação do atendimento das condições, exigências e requisitos estabelecidos neste decreto, bem como da regularidade da documentação apresentada, será feita pelo Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º Fica atribuída competência:

I - ao Secretário Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Administração, para o descredenciamento de entidades consignatárias;

II - ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal de Administração, para decidir sobre a suspensão, a aplicação de multa e de advertência às consignatárias.

Art. 10. Após o credenciamento perante o Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal de Administração, conforme procedimento a ser definido em portaria dessa Pasta, as consignatárias deverão, obrigatoriamente, obter a autorização para sua operação nos respectivos órgãos da administração indireta, caso tenham interesse.

Art. 11. As consignatárias deverão fazer o seu cadastramento a cada 24 (vinte e quatro) meses, na forma e data a serem estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração.

Capítulo IV DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Art. 12. A consignatária responsável pelas operações referidas no artigo 5º, incisos V e VI, deste decreto, considerando o que

dispõe o artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor e as normas do Banco Central do Brasil, deve fornecer ou dar ciência prévia ao consignado, no mínimo, das seguintes informações:

I - o valor total financiado;

II - a taxa do custo efetivo total, mensal e anual;

III - o valor, número e periodicidade das prestações;

IV - o montante total a pagar com o empréstimo ou financiamento;

V - o saldo devedor atualizado.

Parágrafo único. É vedada a cobrança de taxa de abertura de crédito ou de outras taxas administrativas e de encargos adicionais quando da liquidação antecipada do empréstimo consignado.

Art. 13. Fica permitida a portabilidade de operações de crédito, conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, respeitada a disponibilidade de margem consignável a que se refere o inciso VI do § 1º e o § 2º do artigo 2º deste decreto.

§ 1º Cabe às instituições financeiras disponibilizar aos interessados informações completas sobre o direito à portabilidade.

§ 2º Independentemente de solicitação do consignado, uma vez efetivada a transferência decorrente do exercício do direito à portabilidade, ficam a consignatária original e a consignatária proponente obrigadas a, no prazo de 2 (dois) dias úteis, adotar as providências de exclusão e inclusão da consignação no Sistema Eletrônico de Consignação.

Art. 14. Quando houver liquidação antecipada do empréstimo e/ou financiamento, fica a entidade consignatária obrigada a excluir a respectiva consignação do Sistema Eletrônico de Consignações no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do adimplemento das obrigações.

Art. 15. As reservas realizadas pelas cooperativas de crédito e pelas instituições bancárias relativamente às hipóteses previstas no artigo 5º, incisos V e VI, deste decreto, no caso de refinanciamento, renegociação ou novo empréstimo, serão automaticamente canceladas caso não sejam confirmadas no mesmo dia de sua realização até o horário de encerramento do Sistema Eletrônico de Consignação.

Art. 16. As cooperativas de crédito e as instituições bancárias referidas no artigo 3º, incisos II e III, deste decreto deverão informar, até o quinto dia útil de cada mês, o custo efetivo total praticado para a concessão de crédito e financiamento consignados.

Parágrafo único. As cooperativas de crédito e as instituições bancárias ficam impedidas de averbar novas consignações até que seja informado o custo efetivo total praticado.

Capítulo V DAS REGRAS GERAIS DAS CONSIGNAÇÕES

Art. 17. As consignações obrigatórias terão prioridade sobre as consignações facultativas.

Parágrafo único. Quando a margem consignável disponível não for suficiente para desconto de todas as consignações facultativas às quais se refere do artigo 5º, incisos V, VI e VII, deste decreto, será efetuado desconto parcial até o atingimento do limite da margem consignável.

Art. 18. As consignações facultativas não poderão exceder a



margem consignável dos servidores públicos, ativos e inativos, ou pensionistas da administração direta, autarquia e fundação, definida no inciso VI do § 1º, no § 2º e no § 3º, todos do artigo 2º deste decreto.

§ 1º Ocorrendo o excesso previsto no "caput" deste artigo, deverão ser preservadas as consignações facultativas de que trata o artigo 5º, inciso I, deste decreto, observando-se, para as demais consignações, a data mais antiga de implantação no Sistema Eletrônico de Consignação, para fins de prioridade de desconto.

§ 2º Quando houver alteração nas consignações facultativas, por refinanciamento e por reajuste nas parcelas e/ou mensalidades, será considerada a data da alteração para definição da prioridade de desconto.

Art. 19. As consignações facultativas somente serão admitidas com autorização expressa por escrito, por meio telefônico com gravação de voz ou por meio eletrônico com uso de senha pessoal e intransferível do consignado perante a consignatária ou, ainda, por outros meios desenvolvidos pelas consignatárias que garantam a segurança da operação realizada pelo servidor, o sigilo dos seus dados cadastrais e a comprovação da sua aceitação, podendo o Departamento de Recursos Humanos - DRH, da Secretaria Municipal de Administração, requisitar da entidade, a qualquer momento:

I - a comprovação da autorização de desconto;
II - a ratificação da autorização de desconto, a ser providenciada pela entidade no prazo de 15 (quinze) dias, sempre que houver dúvida quanto à manifestação de vontade do consignado ou na ausência do documento de autorização.

§ 1º A entidade consignatária deverá conservar em seu poder, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do término da consignação, a prova do ajuste celebrado com o consignado, em meio físico, no caso de documento assinado, ou digital, conforme o caso, para atendimento do disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares definindo os critérios relativos aos meios de autorização expressa referidos no "caput" deste artigo.

§ 3º Quando houver aumento, em assembleia, do valor das parcelas ou mensalidades, as consignatárias caracterizadas como entidades sindicais ou representativas de classe de servidores deverão apresentar a ata respectiva.

Art. 20. Fica vedado o estabelecimento de consignações facultativas, sejam elas mensalidades, preços de produtos ou serviços, com valores percentuais calculados sobre a remuneração, salário, subsídio, provento ou pensão, devendo o valor da parcela ser fixo.

Art. 21. As consignações especificadas no artigo 5º, incisos V e VI, deste decreto deverão observar as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Capítulo VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA

Art. 22. É vedado à consignatária:

I - ceder a terceiros toda e qualquer informação sobre os contratos em consignação celebrados, salvo durante as operações de crédito realizadas com correspondentes bancários, contratados nos termos da Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011,

do Banco Central do Brasil;
II - ceder a terceiros o seu código e suas espécies de descontos ou utilizá-los para fins diversos daqueles para os quais tenham sido autorizados;

III - transferir sua administração, total ou parcialmente, a terceiros;

IV - praticar conduta em desacordo com o disposto neste decreto;

V - ofertar produtos e serviços financeiros nas dependências da consignante, bem como utilizar sua rede de contatos para divulgação de produtos, exceto quando se tratar de ações e capacitação, educativas e/ou culturais, decorrentes de parceria estabelecida.

Art. 23. A autorização para consignações em folha de pagamento de que trata este decreto não implica corresponsabilidade da Administração Pública por quaisquer compromissos assumidos entre o consignado e as consignatárias.

§ 1º Na hipótese de não efetivação de consignações por falta de margem consignável disponível ou por qualquer outro motivo, caberá aos consignados providenciar o recolhimento das importâncias por eles devidas diretamente à consignatária, não se responsabilizando a Administração Pública, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes.

§ 2º As consignatárias que receberem qualquer quantia indevida deverão devolvê-la diretamente ao consignado, em até 5 (cinco) dias da data do repasse, com juros e correção monetária do período, contados da data do recebimento indevido até seu efetivo pagamento.

Art. 24. As entidades consignatárias devem assegurar aos consignados:

I - o acesso às informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões, explicitando, inclusive, direitos e deveres;

II - o fornecimento tempestivo de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços.

Parágrafo único. A prestação das informações e o fornecimento dos documentos referidos no "caput" deste artigo deverão ser efetivados em até 5 (úteis) dias, contados da data de solicitação pelo interessado.

Capítulo VII DO REPASSE DE VALORES ÀS CONSIGNATÁRIAS

Art. 25. O repasse às consignatárias será realizado até o 5º dia útil do mês subsequente àquele no qual os descontos foram efetuados, salvo casos excepcionais, devidamente justificados.

Capítulo VIII DAS PENALIDADES

Art. 26. Por infringência às disposições deste decreto, serão aplicadas, às entidades consignatárias, as seguintes penalidades, podendo ser cumulativas entre si:

I - advertência: pelo descumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 12, no § 2º do artigo 13 e nos artigos 14, 19 e 24 deste decreto, ou quando as consignações forem processadas em desacordo com as normas complementares estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração, se outra penalidade não for prevista neste decreto;

II - multa: pelo descumprimento do disposto no:

a) inciso II do "caput" e § 1º do artigo 19 deste decreto: 20%



(vinte por cento) sobre o valor da anuidade ou do contrato a que se refere a solicitação não cumprida, descontado no momento do repasse do mês subsequente à infração;

b) § 2º do artigo 23 deste decreto: 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, com base no valor da quantia recebida indevidamente, descontado no momento do repasse do mês subsequente à infração;

III - sem prejuízo do ressarcimento correspondente, suspensão de novas contratações, na seguinte conformidade:

a) por até 30 (trinta) dias, caso tenha sofrido 3 (três) advertências no período de vigência do credenciamento;

b) até a efetiva regularização, por infringência ao disposto no § 2º do artigo 13 e aos artigos 16 e 21 deste decreto;

IV - descredenciamento, quando:

a) ter sofrido 3 (três) suspensões no período de vigência do credenciamento;

b) descumprimento do disposto no artigo 22 deste decreto;

c) não manutenção dos requisitos estabelecidos no artigo 6º deste decreto;

d) não atendimento da requisição referida no "caput" do artigo 19 deste decreto.

Art. 27. A consignatária será notificada da infração a ela imputada para oferecimento de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º O não acolhimento da defesa ou a ausência de sua apresentação no prazo acarretará a aplicação da penalidade prevista para a infração imputada à consignatária, mediante despacho publicado no Diário Oficial do Município de Capanema.

§ 2º Poderá ser efetivada a suspensão preventiva do código de consignação, bem como dos descontos em folha do consignado, enquanto perdurar o procedimento instaurado para a verificação de utilização indevida da folha de pagamento, ou a critério do Secretário Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Administração, face à gravidade dos fatos ocorridos e em decisão fundamentada.

§ 3º A suspensão preventiva do código de consignação não afetará as consignações já autorizadas.

§ 4º Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, salvo na hipótese do § 5º deste artigo.

§ 5º No caso específico de decisão que aplicar a penalidade de descredenciamento pela não observância do requisito previsto no artigo 6º, inciso V, deste decreto, caberá, excepcionalmente, pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias corridos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, da Secretaria Municipal de Administração.

§ 6º Na hipótese de descredenciamento, será vedado novo credenciamento da consignatária pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 28. O descredenciamento implicará na revogação do código de consignação e na denúncia do respectivo Termo firmado.

Parágrafo único. O descredenciamento da consignatária não afetará as consignações já autorizadas, devendo a consignante dar continuidade aos descontos até a liquidação dos débitos.

Art. 29. É defeso ao consignado que tenha comprovadamente participado de fraudes ao sistema de consignações, mediante simulação, dolo, culpa ou conluio, firmar contratos de consignações de natureza facultativa pelo período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções previstas na legislação, em especial na Lei nº 8.989, de 1979, observadas as alterações subse-

quentes.

Capítulo IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os requerimentos, documentos e outros papéis exigidos para o cumprimento do disposto neste decreto, quer pela consignatária, quer pelo consignado, ficam dispensados do recolhimento de preço público.

Art. 31. As disposições deste decreto aplicam-se às autarquias e fundações municipais, as quais, mediante atos próprios, ficam responsáveis por complementar as regras necessárias e por implantar seu próprio sistema eletrônico de consignação.

Parágrafo único. As autarquias e fundações do Município de Capanema, bem como outros órgãos e entes municipais, poderão aderir ao sistema utilizado pela Administração Direta, nos termos definidos pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 32. Ficam mantidas as atuais consignações e a titularidade do código e os termos em vigor firmados com as consignatárias, os quais deverão ser adequados às disposições deste decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. As consignatárias que não concordarem com as alterações nos termos em vigor, objetivando adequá-lo às disposições deste decreto, serão descredenciadas, mantidas as consignações já averbadas.

Art. 33. A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares definindo os critérios de credenciamento, o limite máximo de taxa de juros e o prazo para o crédito consignado, bem como outros temas afetos ao cumprimento do disposto deste decreto.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de outubro de 2020.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

OUTRAS PUBLICAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 08/2020

SUMÚLA- Dispõe sobre a Prestação de contas referente ao período de 01/01/2020 á 30/06/2020 da deliberação 062/2016 do Serviço e Convivência e Fortalecimentos de Vínculos do Município de Capanema-PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal Nº 1.463/2013.

RESOLVE:

ARTIGO 1º Aprovar a Prestação de Contas referente ao período de 01/01/2020 a 30/06/2020 da Deliberação 062/2016 do Serviço e Convivência e Fortalecimentos de Vínculos do Município de Capanema-PR.

ARTIGO 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data desta

publicação.

Esta resolução entra em vigor a partir da data desta publicação.

Capanema 14 de outubro de 2020

Marco Aurélio Gazzoni
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO N° 09/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a prestação de contas referente ao período de 01/01/2020 a 30/06/2020 da deliberação n° 67/2019 Incentivo Aprimora Cras e Creas do município de CAPANEMA-PR

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1471/2013:

RESOLVE:

ARTIGO 1° Aprovar a Prestação de contas referente ao período de 01/01/2020 a 30/06/2020 da deliberação n° 67/2019 Incentivo Aprimora Cras e Creas do Município de Capanema-PR.

ARTIGO 2° Aprovar a justificativa com saldo superior a 30%

ARTIGO 3° Esta resolução entra em vigor a partir da data desta publicação.

Capanema 14 de outubro de 2020.

Caroline Pilati
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO N° 10/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a prestação de contas referente ao período de 01/01/2020 a 30/06/2020 da deliberação n° 68/2019 Incentivo Benefício Eventual IV do município de CAPANEMA-PR

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1471/2013:

RESOLVE:

ARTIGO 1° Aprovar a Prestação de contas referente ao período de 01/01/2020 a 30/06/2020 da deliberação n° 68/2019 Incentivo Benefício Eventual IV do Município de Capanema-PR.

ARTIGO 2° Aprovar a justificativa com saldo superior a 30%

ARTIGO 3° Esta resolução entra em vigor a partir da data desta publicação.

Capanema 14 de outubro de 2020.

Caroline Pilati
Presidente do CMAS

Procedimento n° 2.163/2020

Processo de Regularização Fundiária do Loteamento "Padre Roque"

Matrícula: 27.789

Imóvel Público

DESPACHO INICIAL

Trata-se de requerimento formulado pela ADEHASC, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 78.486.875/0001-32, com poderes outorgados pelos moradores legitimados do loteamento indica-

do, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social e com o requerimento vieram documentos.

Em razão do pedido, determino a abertura do procedimento administrativo nomeando os seguintes servidores para compor a Comissão técnica da presente Regularização Fundiária:

I - Dr. Álvaro Skiba Júnior, Procurador Municipal;

II - Rubens Luís Rolando Souza, Engenheiro Municipal;

III - Loiri Albanese Moraes, Assistente Social.

Sob a Presidência do primeiro, a comissão deverá classificar e fixar uma das modalidades da REURB ou devem promover o indeferimento fundamentado do requerimento em até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 32 da Lei n° 13.465/2017 e do art. 23, § 2°, do Decreto n° 9.310/2018.

O Presidente poderá requisitar servidores públicos para auxiliar na realização das atribuições da Comissão.

A Comissão deverá, entre outras funções já estabelecidas na Lei n° 13.465/2017 e no Decreto n° 9.310/2018:

a) Elaborar o documento que classifica a modalidade a regularização fundiária, nos termos do art. 13, I, da Lei n° 13.465/2017, possibilitando a sua revisão, posteriormente;

b) Definir os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao eventual cronograma físico de obras e serviços a serem realizados (art. 36, § 4°, da Lei n° 13.465/2017 e art. 31, § 5°, do Decreto n° 9.310/2018;

c) Aprovar e realizar as diligências cartorárias, notificações, projetos e estudos técnicos necessários;

d) Proceder às buscas de confrontantes da área a ser regularizada, por meio de expedição de certidão por parte da Secretaria de Planejamento;

e) Solicitar ao Departamento de Tributação as certidões comprobatórias da existência do núcleo urbano informal consolidado antes de 22 de dezembro de 2016;

f) Identificar os ritos e documentos necessários para a regularização fundiária;

g) Notificar os titulares de domínio, se necessário, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentarem impugnação no prazo de trinta dias;

h) Receber as impugnações e promover procedimento extrajudicial de composição de conflitos, fazendo uso da arbitragem, de ajustes com o Tribunal de Justiça do Paraná ou fazer uso da mediação ofertada pelos serviços notariais e de registro;

i) Em se tratando de REURB-S, elaborar os projetos necessários para a regularização fundiária, incluindo a eventual necessidade de infraestrutura essencial, quando necessária;

j) Em se tratando de REURB-E, determinar que os particulares beneficiados promovam o custeio de eventuais despesas necessárias;

k) Em se tratando de imóvel público, realizar as diligências necessárias para o cadastramento de todos os beneficiários, a elaboração de estudo social individualizado, incluindo o estudo do histórico de cada unidade habitacional, identificando o preenchimento dos requisitos legais para receberem a titulação do imóvel;

l) Se for necessária a alienação de bem público, seja consignado pela comissão a dispensa de desafetação, de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação para a alienação das unidades imobiliárias decorrentes da REURB, nos termos do art. 71, da Lei n° 13.465/2017 e do art. 89, do Decreto n° 9.310/2018;

m) Na REURB-S, a aquisição de direitos reais pelo particular poderá ser de forma gratuita e na REURB-E ou na ausência de requisitos para que alguns moradores sejam beneficiários da REURB-S, a aquisição ficará condicionada ao justo pagamento do valor da unidade imobiliária, nos termos do art. 16, da Lei n° 13.465/2017 e do art. 9°, do Decreto n° 9.310/2018 e conforme critérios definidos em ato a ser publicado pela Comissão;



n) Elaborar ou aprovar o projeto de regularização fundiária, dispensando-se as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edifícios, independentemente de existência de lei municipal nesse sentido (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 9.310/2018);
o) Expedir habite-se simplificado no próprio procedimento da REURB, o qual deverá obedecer aos requisitos mínimos fixados pela Comissão de Regularização Fundiária;
p) Elaborar a Certidão de Regularização Fundiária, acompanhada ou não da titulação final (legitimação fundiária, concessão de direito real de uso ou de moradia e legitimação de posse, doação ou compra e venda de bem público, nos termos do art. 42, § 3º, do Decreto nº 9.310/2018);
q) Elaborar e emitir os demais documentos para a formalização do procedimento, bem como elaborar os documentos que precisam ser expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município e no jornal de circulação local.

Dê-se ciência ao legitimado requerente.

Capanema-PR, 1º de setembro de 2020.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Procedimento nº 2.164/2020

Processo de Regularização Fundiária do Loteamento "Lar Feliz 4"

Matrícula: 27.338

Imóvel Público

DESPACHO INICIAL

Trata-se de requerimento formulado pela ADEHASC, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 78.486.875/0001-32, com poderes outorgados pelos moradores legitimados do loteamento indicado, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social e com o requerimento vieram documentos.

Em razão do pedido, determino a abertura do procedimento administrativo nomeando os seguintes servidores para compor a Comissão técnica da presente Regularização Fundiária:

- I - Dr. Álvaro Skiba Júnior, Procurador Municipal;
- II - Rubens Luís Rolando Souza, Engenheiro Municipal;
- III - Loiri Albanese Moraes, Assistente Social.

Sob a Presidência do primeiro, a comissão deverá classificar e fixar uma das modalidades da REURB ou devem promover o indeferimento fundamentado do requerimento em até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.465/2017 e do art. 23, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

O Presidente poderá requisitar servidores públicos para auxiliar na realização das atribuições da Comissão.

A Comissão deverá, entre outras funções já estabelecidas na Lei nº 13.465/2017 e no Decreto nº 9.310/2018:

- a) Elaborar o documento que classifica a modalidade a regularização fundiária, nos termos do art. 13, I, da Lei nº 13.465/2017, possibilitando a sua revisão, posteriormente;
- b) Definir os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao eventual cronograma físico de obras e serviços a serem realizados (art. 36, § 4º, da Lei nº 13.465/2017 e art. 31, § 5º, do

Decreto nº 9.310/2018;

c) Aprovar e realizar as diligências cartorárias, notificações, projetos e estudos técnicos necessários;

d) Proceder às buscas de confrontantes da área a ser regularizada, por meio de expedição de certidão por parte da Secretaria de Planejamento;

e) Solicitar ao Departamento de Tributação as certidões comprobatórias da existência do núcleo urbano informal consolidado antes de 22 de dezembro de 2016;

f) Identificar os ritos e documentos necessários para a regularização fundiária;

g) Notificar os titulares de domínio, se necessário, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentarem impugnação no prazo de trinta dias;

h) Receber as impugnações e promover procedimento extrajudicial de composição de conflitos, fazendo uso da arbitragem, de ajustes com o Tribunal de Justiça do Paraná ou fazer uso da mediação ofertada pelos serviços notariais e de registro;

i) Em se tratando de REURB-S, elaborar os projetos necessários para a regularização fundiária, incluindo a eventual necessidade de infraestrutura essencial, quando necessária;

j) Em se tratando de REURB-E, determinar que os particulares beneficiados promovam o custeio de eventuais despesas necessárias;

k) Em se tratando de imóvel público, realizar as diligências necessárias para o cadastramento de todos os beneficiários, a elaboração de estudo social individualizado, incluindo o estudo do histórico de cada unidade habitacional, identificando o preenchimento dos requisitos legais para receberem a titulação do imóvel;

l) Se for necessária a alienação de bem público, seja consignado pela comissão a dispensa de desafetação, de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação para a alienação das unidades imobiliárias decorrentes da REURB, nos termos do art. 71, da Lei nº 13.465/2017 e do art. 89, do Decreto nº 9.310/2018;

m) Na REURB-S, a aquisição de direitos reais pelo particular poderá ser de forma gratuita e na REURB-E ou na ausência de requisitos para que alguns moradores sejam beneficiários da REURB-S, a aquisição ficará condicionada ao justo pagamento do valor da unidade imobiliária, nos termos do art. 16, da Lei nº 13.465/2017 e do art. 9º, do Decreto nº 9.310/2018 e conforme critérios definidos em ato a ser publicado pela Comissão;

n) Elaborar ou aprovar o projeto de regularização fundiária, dispensando-se as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edifícios, independentemente de existência de lei municipal nesse sentido (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 9.310/2018);

o) Expedir habite-se simplificado no próprio procedimento da REURB, o qual deverá obedecer aos requisitos mínimos fixados pela Comissão de Regularização Fundiária;

p) Elaborar a Certidão de Regularização Fundiária, acompanhada ou não da titulação final (legitimação fundiária, concessão de direito real de uso ou de moradia e legitimação de posse, doação ou compra e venda de bem público, nos termos do art. 42, § 3º, do Decreto nº 9.310/2018);

q) Elaborar e emitir os demais documentos para a formalização do procedimento, bem como elaborar os documentos que precisam ser expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município e no jornal de circulação local.

Dê-se ciência ao legitimado requerente.

Capanema-PR, 1º de setembro de 2020.



Américo Bellé
Prefeito Municipal

ATOS DO LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 31 DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

Concede Progressão Vertical.

O Presidente da Câmara Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.358/2011, alterada pela Lei Municipal nº 1.582/16.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Municipal nº 1.358/2011, ao servidor PAULO DE LIMA GONÇALVES, matrícula nº 20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nomeado pela Portaria nº 16/2012.

Art. 2º O servidor acima mencionado se mantém na referência de vencimento IV, passando para o nível de vencimento H, do anexo II, da Lei Municipal nº 1.358/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/08/2020, conforme determina o art. 27, § 4º, da Lei Municipal nº 1.358/2011.

Registre-se.

Publique-se.

Capanema, 15 de outubro de 2020.

VALDOMIRO BRIZOLA
Presidente da Câmara Municipal





O ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PODE SER CONSULTADO GRATUITAMENTE NOS SEGUINTE LOCALS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

internet: www.capanema.pr.gov.br